

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	6
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	14
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	15
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	25

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

- i) **Risco de Taxa de Juros:** Consiste na possibilidade da Companhia incorrer em perdas em razão de flutuações da taxa de juros que impactam as despesas financeiras relativas a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC);
- ii) **Risco Cambial:** Consiste em possíveis perdas decorrentes do contrato indexado à moeda estrangeira e de obrigações assumidas relativas ao projeto SGDC; e
- ii) **Risco de Liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no vencimento.
- i)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotado pela companhia, seus objetivos, estratégias e instrumento

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta estão relacionados a riscos cambiais, taxa de juros e de liquidez.

Risco de Taxa de Juros: Consiste no risco da TELEBRAS contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado. As posições ativas da TELEBRAS, ou seja, os investimentos financeiros da empresa são mantidos em fundos de investimento extramercado, regidos pela Resolução Nº 3.284, de 25 de maio de 2005, e, eventualmente, em fundos exclusivos, estruturados com finalidades específicas.

Estes investimentos possuem riscos inerentes às volatilidades das taxas de juros, spreads de crédito dos títulos que compõem o índice de mercado Anbima (IMA).

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre do passivo cambial do Projeto SGDC ser impactado por flutuações nas taxas de câmbio, dado que uma parcela significativa desse passivo está estipulada em dólares americanos. Deve-se considerar que a TELEBRAS não possui receita em moeda diferente do Real, não sendo possível a realização de *hedge* natural da operação.

Em 2013 foi assinado o contrato com a Visiona International BV levando a TELEBRAS a exposição cambial, resultante das oscilações nos preços de moeda estrangeira (USD) no mercado spot, no mercado futuro e de volatilidade.

Risco de Liquidez: Consiste no risco da dinâmica do seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pelos investimentos e pelos aportes de capital da União. As receitas da empresa ainda não são significativas de forma a garantir relativa estabilidade no caixa da empresa. Dessa forma, a companhia mantém seus investimentos em portfólio com alta liquidez. As disponibilidades da Companhia são acompanhadas diariamente pela Gerência Financeira e comunicada a todos os intervenientes do processo, de forma que a Diretoria acompanha regularmente a situação de caixa da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Com relação ao item 5.3.d, nosso Auditor Independente, a NK Auditores Independentes S.S., fez as seguintes recomendações:

1. Controles Internos e conciliações com composições de saldos

Identificamos que a Companhia implantou o sistema computadorizado SAP e tem implementado normas e políticas internas.

Verificamos que há contas contábeis, por exemplo, em fornecedores, que precisam ser concluídas as conciliações contábeis.

As modernas práticas de governança corporativa requerem maior confiança nos processos e nos controles, mediante a adoção de políticas e mecanismos de monitoramento voltados para assegurar o funcionamento dos controles internos desenhados para reduzir os riscos identificados e também para prevenir e detectar fraudes. Os mecanismos de gerenciamento de riscos devem documentar os riscos identificados e avaliá-los quanto ao seu impacto potencial e a sua probabilidade de ocorrência, por meio de um processo contínuo de revisão, atualização e monitoramento desses riscos.

Recomendamos completar as conciliações dos saldos contábeis e na evolução das práticas internas, manter atualizadas as normas e procedimentos, abrangendo, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Mapeamento de todos os departamentos da Companhia, identificando as pessoas-chaves de cada um.
- Identificação das tarefas executadas nesses diversos departamentos.
- Atribuição aos funcionários dos limites de prazos para a execução das tarefas.
- Atribuição de responsabilidade sobre as tarefas executadas.
- Conscientização dos funcionários de cada departamento sobre a necessidade de se efetuar controles sobre as tarefas executadas.
- Treinamento, se houver necessidade, para os funcionários com dificuldades em trabalhar com o sistema implantado.
- Avaliação formal.
- Matriz compilada de todos os riscos e os controles que cobrem esses riscos por processo que a administração considera significativo para as demonstrações financeiras.
- A alta gerência revisar e aprovar as normas e procedimentos.

Comentários da Administração

A Contabilidade tem despendido esforços no sentido de conciliar os saldos provenientes do antigo sistema, de modo a baixar eventuais valores que estejam em desacordo com os documentos apresentados.

2. Provisão para Devedores Duvidosos

Constatamos que o saldo de provisão para devedores duvidosos necessitou de ajuste para incluir créditos com maior dificuldade de recebimento, sendo que a Companhia contabilizou o complemento de provisão ainda para 2015.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos que a Companhia revise ao menos trimestralmente a qualidade dos créditos e ajuste a provisão para devedores duvidosos de acordo com estas análises trimestrais.

Comentários da Administração

Recomendação será adotada pela contabilidade.

3. Empréstimos

Nos procedimentos de confirmações de saldos com instituições financeiras para a data-base de 31 de dezembro de 2015, constatamos uma divergência entre saldo contábil e saldo confirmado pelo FINEP.

Recomendamos que a Companhia elabore relatório extra-contábil dos empréstimos e financiamentos, demonstrando data de início e vencimento, instituição financeira onde os recursos foram captados, taxa pactuada, valor captado, encargos incorridos e saldo devedor atualizado e reconhecer os encargos pelo menos mensalmente no resultado financeiro da Companhia.

Desenvolver controle para monitoramento periódico de cláusulas restritivas em contratos de empréstimos e financiamentos, caso existam.

Comentários da Administração

Recomendação será adotada pela contabilidade.

4. Teste de realização de ativos (impairment)

A Companhia não possui processo rotineiro e documentado as análises sobre testes de recuperabilidade de ativos (*impairment*).

Recomendamos desenvolver o processo rotineiro das análises que devem ser realizadas e documentadas em observância ao disposto no CPC 01.

Comentários da Administração

Ao final de cada exercício, a administração avalia se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, quando há evidência objetiva de uma perda ou evento de perda por *impairment* incluem:

- a. dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- b. uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- c. o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- d. torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- e. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades.

Outras providências necessárias e obrigatórias, como determinado pelo CPC 01, especificamente como o fluxo de caixa descontada, está em estudos para a implantação na companhia.

5. Impostos a recuperar

A Companhia possui saldos de impostos a recuperar, sejam retidos, pagos por antecipações ou até por crédito legal (ICMS sobre imobilizado), para os quais estão sendo implementadas ações de conciliações, composições e de busca de efetiva realização dentro dos prazos legais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos manter os esforços de composições e conciliações dos saldos, bem como, das ações para efetiva ressuperação/realização dos créditos.

Comentários da Administração

Recomendação adotada pela contabilidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO**

5.4. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

Redução da exposição cambial, em função da liquidação financeira de obrigações, em US\$ 116,89 milhões em 2015.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Nada a acrescentar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Estrutura Patrimonial da Companhia está expressa nas principais rubricas das suas demonstrações financeiras, no seu relatório de administração e nas seguintes considerações:

Análise Horizontal (AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

Na avaliação da Diretoria, o desempenho geral da Telebras em 2015 atendeu satisfatoriamente às expectativas, apesar de o Resultado Operacional ter-se apresentado negativo na ordem de R\$ 235.633 mil contra R\$ 117.358 em 2014.

Quanto à estrutura de backbone e backhaul, não houve crescimento significativo devido ao contingenciamento do orçamento 2015 feito pela União.

O ano de 2015 encerrou com 485 contratos comerciais e termos aditivos assinados e mais de 134 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo de banda de cerca de 340% (trezentos e quarenta por cento) quando comparado ao ano de 2014 sendo possível notar que o valor de faturamento pelos serviços prestados foi duplicado no referido ano. Devem-se destacar os contratos firmados com o Ministério das Comunicações, Exército Brasileiro e Ministério Público do Trabalho bem como com diversos provedores regionais para promoção do Programa Nacional de Banda Larga. As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes demonstram a qualidade dos serviços prestados pela Telebras, aumentando a média de receita por contrato firmado e consolidando a relação entre a Telebras e seus clientes.

No entanto, todas as ações e investimentos impactaram significativamente nos resultados da Companhia, com reflexos nos indicadores da sua Estrutura Patrimonial.

- (i) **O Índice de Liquidez Corrente da Companhia**, que era 0,70 em 2014, apresentou aumento em 2015, passando a 106,8, em virtude do aumento do item Contas a Receber (aumento de 141,6%), que passou de R\$ R\$ 6,492 mil em 2014 para R\$ 15.685 mil em 2015, bem como a queda na exigibilidade de curto prazo de 18,6%, com destaque para Conta de Fornecedores, cuja diminuição foi de 13,1%, passando de R\$ R\$ 320.330 mil em 2014, para R\$ 278.470 mil em 2015;
- (ii) **O Índice de Liquidez Geral da Companhia** em 2015: 0,92. Era de 1,00 em 2014;
- (iii) **O Índice de Endividamento da Empresa (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Patrimônio Líquido)**, era de 992 em 2014, passou para 1267 em 2015, basicamente em virtude da Conta de Fornecedor e do crescimento dos Recursos para Aumento de Capital no Exigível a Longo Prazo bem como do Patrimônio Líquido negativo;
- (iv) **Outro indicador de endividamento, representado pelo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total**, também reflete o aumento no grau de endividamento da empresa, pois em 2014 representava 100%% e 108,5% em 2015. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao aumento de capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012,e 2013 ,2014 e 2015 (56,75%, 54,27%, 55,8% e 56,8% respectivamente).
- (v) **A Composição do Endividamento** (Passivo Circulante / Passivo Circulantes + Passivo Não Circulante) indica que houve uma pequena melhora no perfil do endividamento, passando de 0,26 em 2014 para 0,14 em 2015;
- (vi) **O Ativo Total** (Bens e Direitos à Disposição da Companhia) teve evolução. Crescimento da ordem de 39,3% em relação a 2015. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

recursos disponíveis no mercado financeiro.

Ressalte-se que, enquanto os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 42,4%, o Ativo Circulante apresentou crescimento de 25,0%, refletindo a transferência de recursos desse grupo para o do Imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 49,2% no exercício, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento significativo dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da Telebras.

Essa evolução do Imobilizado, que já representa 72,4% do total do Ativo da Telebras, demonstra, ano a ano, a evolução da curva de maturidade na gestão dos investimentos da Companhia, visando à consecução dos seus objetivos institucionais. Vale lembrar que o Imobilizado representava 67,63% do total do Ativo em 2014, sendo que em 2013 representava 36,2%. Como se disse em anos anteriores, esse aumento está em consonância com os objetivos institucionais da Companhia e reflete o seu empenhado esforço em direcionar os recursos disponíveis para a realização de investimentos, tendo por objetivo consolidar e rentabilizar sua rede de telecomunicações.

O Passivo Circulante apresentou queda de 18,5% no período, em decorrência principalmente da diminuição em Fornecedores que apresentou queda de 13,1% em relação a 2014. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 75,5% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador, obrigação essa que será convertida em futuro aumento de capital. Ainda dentro do Passivo Não Circulante, a empresa realizou a captação de Receita Antecipada junto ao Ministério da Defesa –, no valor de R\$ 296 milhões, para aplicação no projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica –, o que contribuiu para o seu crescimento.

A redução do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorre do prejuízo apurado neste ano, que foi de R\$ 235.633 mil.

A queda dos custos dos serviços prestados é consequência dos custos associados à manutenção do *Backbone* (rede de fibra óptica de longa distância) existente e pela diminuição nos Serviços Telecom. Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

Há que se ressaltar, por fim, os números relativos às receitas operacionais, que em números absolutos, apresentaram crescimento em relação ao exercício anterior da ordem de 102%, passando de R\$ 31.096 em 2014 para R\$ 62.638.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Como não houve hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes (Índice de Liquidez Imediata) corresponde a 65,8% do que é necessário para a cobertura dos compromissos assumidos de curtíssimo prazo.

O índice de liquidez corrente apresentado foi de 1,07 - isto é - para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo, a empresa possui R\$ 1,07 de ativos de curto prazo para honrar as obrigações também de curto prazo.

O índice de liquidez geral foi de 0,22 - ou seja - para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazos, a empresa possui apenas R\$ 0,22 de recursos de curto e longo prazos,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para honrar essas obrigações. Ressalta-se, que o valor de R\$ 1.320.458 registrado no passivo exigível a longo prazo (passivo não circulante) corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital do acionista majoritário (Ministério das Comunicações) que estão em processo de incorporação ao Capital Social da empresa, e R\$ 390.600 correspondem a receitas antecipadas recebidas do governo federal, que serão reconhecidas como receita operacional quando da entrega dos serviços.

O índice de endividamento foi de 1,09 – isto é – a empresa financia 109% dos ativos com capitais de terceiros, portanto, todo o investimento da empresa é realizado por recursos de terceiros. Entretanto, é importante frisar que este indicador está afetado pelos adiantamentos para futuro aumento de capital bem como pelas receitas antecipadas.

O perfil da dívida mostra que 13,80% das aplicações foram financiadas por recursos de curto prazo e 66,20% com recursos de longo prazo, portanto, demonstrando boa estrutura do endividamento. Tais números são consequência dos investimentos realizados pela empresa para a consecução dos seus objetivos institucionais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para os seus investimentos, no exercício de 2015, a Telebras contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital, bem como a segunda parcela do financiamento da FINEP e de recursos oriundos de receita própria.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem parte da cobertura dos investimentos compromissados. Será necessário (i) ou captar mais recursos para financiamento ou (ii) aporte de capital do Acionista Controlador.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue quadro com os principais números relativos ao Ativo e a Passivo Total, assim detalhados.

Em milhões

Rubricas	Exercícios Findos em:						
	2015			2014			2013
	Valor	AV %	AH %	Valor	A V	AH %	Valor
Ativo Circulante	408,7	16,0	125,0	326,9	17,8	-43,1	574,3
Ativo Não Circulante	2.145,8	84,0	142,4	1.506,5	82,2	151,6	598,7
Imobilizado	1.850,1	72,4	149,2	1.240,1	67,6	191,6	425,2
Ativo Total	2.554,5	100,0	139,3	1.833,5	100,0	56,3	
Passivo Circulante	382,7	15,0	81,5	469,7	25,6	62,2	289,5
Passivo Não Circulante	2.390,6	93,6	175,5	1.361,9	74,3	77,5	767,0
Passivo Exigível	2.773,3	108,5	151,4	1.831,6	99,8	73,4	
Patrimônio Líquido	-218,7	-8,5	11510,5	1,9	0,1	-98,4	116,6
Passivo Total	2.554,5	100,0	139,3	1.833,5	100,0	56,3	1.173

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i). contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia realizou a captação de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa–, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no Projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103.363 mil ingressaram na conta da Companhia em 2014 e R\$ 136.043 mil em 2015. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

(ii). outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

(iii). grau de subordinação entre as dívidas

Vide quadro do item “f”.

(iv). eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente, vencidas as regras de governança, não há restrições para o endividamento da Companhia, contudo o orçamento aprovado pelo Acionista Controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. (aspectos contábeis).

Os índices de endividamento são 1,08 (2015), 0,99 (2014), 0,90 (2013). Com esses índices pode-se verificar que os o endividamento da TELEBRAS está crescendo. No entanto, advem do investimento de infraestrutura que gerará receitas futuras de médio e longo prazo para a Telebras.

Destaca-se que no passivo não circulante da Companhia na rubrica IRU há o valor de R\$ 390.600.000,00 que representa 13% do valor do passivo da empresa em 2015 (PC + PNC), essa rubrica não incorrerá em desembolso financeiro para a TELEBRAS.

Ainda, cerca de 48% do passivo está vinculado a Aporte para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que são recursos advindos do acionista majoritário e que serão integralizados ao Patrimônio da companhia – não havendo, portanto, desembolso financeiro.

Distribuição de Dividendos: A Telebras segue o estabelecido no seu Estatuto Social, qual seja, a distribuição a título de dividendos a partir do resultado positivo do exercício somente será possível após o abatimento dos prejuízos e provisões para imposto de renda e a constituição da reserva legal. Primeiramente, são atribuídos os dividendos às ações preferenciais. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias, na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2015, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

Alienação de ativos: Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

havido alienação de ativos no exercício de 2015.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do seu Estatuto Social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientações da União, que estabelecem os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da Companhia e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. Em 2015, não houve emissão de novos valores mobiliários.

Alienação de Controle Acionário: O Estatuto Social da Companhia não prevê esta modalidade, contudo a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo Acionista Controlador e pela Assembleia Geral.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

O uso dos recursos provenientes do financiamento já contratado é exclusivo para o projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Alterações informadas nos itens 10.1 "a" e 10.1. "f".

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO****10.2. Comentários dos diretores sobre:****a. Resultados das operações da Companhia**

O Resultado do Exercício da empresa voltou a apresentar-se negativo, passando de R\$ 117.358 em 2014 para R\$ 235.633 em 2015, isto é, crescimento de 100,8%, devido ao maior crescimento das Despesas Comerciais, com crescimento de 44,1%, passando de R\$ 9.934 em 2014 para R\$ 14.317 em 2015, das Despesas Financeiras Líquidas que passaram de R\$ 68.557 em 2014 para R\$ 72.187 em 2015, representando um crescimento de 5,3% e da queda observada no Resultado da Equivalência Patrimonial de 84,5%, passando de R\$ 150.571 em 2014 para apenas 23.287 em 2015.

Em virtude da correção dos aportes do Acionista Controlador e da correção das contingências, o resultado financeiro foi negativo.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não se verificaram essas variações no exercício.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias.

Os efeitos da taxa de juros, da inflação e dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, estes por serem atualizados pela taxa SELIC, contribuem negativamente para o resultado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da companhia:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2015, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2015, houve a constituição da Cabos Brasil Europa S.A. com participação de 35% do seu Capital Social correspondendo a R\$ 1.225.000,00.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2015, não houve a realização de operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR****10.4. Comentários dos diretores sobre:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 2015, 2014 e 2013.**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2015.

No exercício de 2015, os juros referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram capitalizados no imobilizado de acordo com a sua destinação.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2015 em relação a 2014, tampouco em relação a 2013.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2013, 2014 e 2015.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

c. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2015:**Ênfases****Tributos a Recuperar**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS possui registrado em 31 dezembro de 2015, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de março de 2013, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se *sub judice* na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº 18. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.a, a Telebras possui participação de 49% do capital social da Visiona Tecnologia Espacial S/A, sendo que o restante de 51% pertence a parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31 dezembro de 2015, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 54.311 mil após apuração da equivalência patrimonial. As Demonstrações financeiras da coligada foram auditadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Ainda conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.b, a constituição da empresa TELEBRAS – COPA S/A como subsidiária integral da TELEBRAS (sociedade de Propósito Específico para prestação de serviços nos eventos da copa das confederações de 2013 e copa do mundo de 2014), em 07 de fevereiro de 2013, com integralização inicial de seu capital no valor de R\$ 10 mil, ou seja, 10% de R\$ 100 mil do capital total. A companhia efetuou o pagamento de R\$ 90 mil, em 26/06/2013, pela integralização do restante de sua participação no capital da TELEBRAS – COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31 de dezembro de 2015 apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 29.244 mil, devido a ganho com equivalência patrimonial. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Desde o exercício de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia mantém provisão no passivo circulante, no montante de R\$ 47.786 mil em 31 dezembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e patrimônio líquido negativo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 1.320.458 mil em 31 dezembro de 2015, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, o que possibilitará tornar positivo o patrimônio líquido que se encontra negativo em 31 dezembro de 2015 no montante de R\$218.760 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e a ampliação das condições de plena operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A conclusão das obras em andamento e equipamentos em aquisição, e consequente ampliação da geração de tais receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas ou de terceiros.

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de março de 2015, mas com os parágrafos de ênfases e parágrafos de outros assuntos incluídos no presente relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

d. Ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2014:

Ênfases

Demonstrações Individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, letra “b”, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. No caso da empresa TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS., essas práticas diferem da IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Compõem também este valor R\$ 12.147 mil referente a ICMS que a empresa não vem aproveitando em virtude da não parametrização no SAP do controle fiscal do CIAP, assim por decisão da diretoria, pelo fato do tempo para aproveitamento estar quase prescrevendo o valor foi incorporado ao custo do imobilizado, em consonância à orientação do CPC 27, que diz que os tributos não recuperáveis integram o valor do bem.

Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2, “a”, a TELEBRAS efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 31.12.2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 27.406 (R\$ 1.985 em 31/12/2013). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG Auditores Independentes.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “b”, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014; e com funcionamento previsto por tempo determinado, desde sua criação até o término dos dois eventos. No entanto, conforme nota explicativa nº 1.2, letra “a”, ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer ainda em 2015. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Imobilizado

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia divulga em nota explicativa nº 3.7 e 10.3 que os bens do Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Como evento subsequente, a Companhia elaborou a Nota Técnica nº 010/2015 esclarecendo a respeito das premissas de reconhecimento dos bens constantes do Ativo Imobilizado, bem como, critérios de depreciação e determinação de valor recuperável, que deverá ser revisto no exercício de 2015, em razão dos bens terem entrado efetivamente em operação em 01/01/2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 807.740 mil (R\$ 419.872 em 31/dez./13), corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):

Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço 2015, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira.

b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na sua quase totalidade, ao saldo do imposto de renda pago a maior, imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação.

c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da então *holding* do Sistema Telebras. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos em função do normal cumprimento de suas novas atividades. O Imposto de Renda e a Contribuição Social serão calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre eventual lucro real e deverá considerar a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

d. Ativos realizáveis - créditos

Estão representados preponderantemente por (i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (ii) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

f. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo de aquisição. Os ganhos e perdas não realizados em transações com a controlada e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada e da coligada.

g. Redução do valor recuperável dos ativos

Analizados individualmente, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2015.

h. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

A depreciação dos ativos é calculada mensalmente a partir da data de incorporação, considerando a atribuição de vida útil determinada pelas classes de ativo. As classes de ativo foram organizadas obedecendo à utilização de cada classe de propriedade, considerando que a orientação de registrar o valor de um equipamento ou instalação no patrimônio da Companhia deve ser decorrência de sua vida útil economicamente produtiva.

Não obstante, a Telebras concluiu o processo de levantamento e adequação de seu imobilizado, possibilitando torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações.

i. Intangível

Refere-se a direitos de uso de *software* e a licenças regulatórias. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao Órgão Regulador. A amortização dos direitos de uso de *software* é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

j. Provisões e obrigações trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, a partir do qual é provável saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação.

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais.

k. Provisões para contingências

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia é parte em demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária, tendo sido constituída provisão contábil em relação a essas demandas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia, de seus consultores jurídicos, experiências passadas e jurisprudências atualizadas

I. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. Decorrentes de imposição legal, tais itens são tratados pelas respectivas notas explicativas que explicitam os números das demonstrações financeiras.

m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do Balanço.

n. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

o. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, encargos sobre obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

p. Resultado líquido por ação e valor patrimonial por ação – VPA por unidade de ações

Em 31/12/2015 e 31/12/2014 o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações.

q. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC - e Demonstração do valor adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos); pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR****10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os Auditores Independentes não apontaram deficiências ou recomendações.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS****10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:****a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea "a".

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea "a".

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da companhia:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu Balanço Patrimonial 2015

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.